

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 2.ª EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA	7

PRIMEIRA PARTE

O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE COMO PARÂMETRO CONFORMADOR DO EXERCÍCIO DOS PODERES DE VALORAÇÃO PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

1. PODERES DE VALORAÇÃO PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E SUA SUBORDINAÇÃO A PARÂMETROS DE JURIDICIDADE	13
1. A Administração como Poder	13
2. A Administração como um poder subordinado: o princípio da legalidade da Administração	14
3. A Administração como um poder autónomo: formas de atribuição dessa autonomia	16
4. Os conceitos normativos indeterminados como forma de atribuição de autonomia à Administração	19
5. A chamada “discricionariedade técnica” da Administração	22
6. Em especial, o problema do controlo da eficiência da Administração	27
7. Os princípios gerais da atividade administrativa como parâmetros conformadores do exercício de poderes de valoração próprios da Administração	29

2. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE COMO PARÂMETRO CONFORMADOR DO EXERCÍCIO DOS PODERES DE VALORAÇÃO PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	32
8. Inaplicabilidade do princípio ao exercício de poderes vinculados	32
9. Precisos adicionais	38
10. Sentido da referência legal à “interpretação das normas”	39

SEGUNDA PARTE
SENTIDO E ALCANCE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE
COMO PARÂMETRO DE ATUAÇÃO E CONTROLO
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRIMEIRO CAPÍTULO
SENTIDO DO CONCEITO DE
RAZOABILIDADE NO CONTEXTO DO CPA

11. Enquadramento	47
12. Razoabilidade: ambiguidade e popularidade do conceito	48
13. Autonomia da razoabilidade no ordenamento jurídico português	50
14. Caracterização do conceito de razoabilidade	58

SEGUNDO CAPÍTULO
SENTIDO E ALCANCE DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE
CONSAGRADO NO ARTIGO 8.º DO CPA

15. Indicação de sequência	63
1. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE NO CONFRONTO COM OUTROS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	64
16. Relação do princípio da razoabilidade com outros princípios e modo de articulação entre um e outros. Indicação de sequência	64
1.1. O princípio da razoabilidade no artigo 8.º do CPA: princípio da razoabilidade e princípio da justiça	70
17. Razoabilidade e justiça no artigo 8.º do CPA	70

1.2. O princípio da razoabilidade no confronto com outros princípios gerais da atividade administrativa	75
1.2.1. Princípio da razoabilidade e princípios da igualdade e da proporcionalidade	75
18. Configuração garantística dos princípios da igualdade e da proporcionalidade e dualidade de regimes quanto à intensidade da submissão a exigências de parametrização jurídica	75
19. Recusa de um controlo minimalista da observância dos princípios da igualdade e da proporcionalidade	82
20. Possibilidade de controlos de intensidade variável dos princípios não se confunde com um controlo minimalista	85
21. Em particular, controlo de proporcionalidade vs controlo minimalista de razoabilidade	86
22. Conclusão. Direito comparado	92
1.2.2. Princípio da razoabilidade e eficiência da Administração	96
23. O princípio da razoabilidade não tem de desempenhar uma função garantística	96
24. Sentido e limites do princípio da boa administração como imperativo de eficiência	99
25. Princípio da boa administração como eficiência e princípio da razoabilidade	105
2. DOMÍNIOS POSSÍVEIS DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	108
26. Enquadramento. Indicação de sequência	108
A) Aplicação instrumental do princípio da razoabilidade: preenchimento valorativo de conceitos normativos indeterminados	108
27. Determinação da zona de certeza negativa de conceitos normativos indeterminados atributivos de poderes de valoração próprios	108
28. Instrumentalidade do juízo de razoabilidade envolvido	112
29. Enquadramento na previsão da “interpretação das normas jurídicas”	115

B) Aplicação do princípio da razoabilidade em situações de irracionalidade	116
30. A irracionalidade como desrazoabilidade	116
31. Autonomia das situações de inadequação dos meios em relação aos fins	121
C) Aplicação do princípio da razoabilidade como teste categórico de tolerabilidade?	124
32. Aplicação como teste categórico de tolerabilidade?	124
D) Aplicação alternativa do princípio da razoabilidade em relação ao princípio da proporcionalidade	128
33. Ponderação de bens e proporcionalidade	128
34. Controlo de manifesta desrazoabilidade da eficiência administrativa	133
ANEXO	139
BIBLIOGRAFIA	163